

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS

Bruna Fernanda Michelacci Meirelles

A instituição escolar ocupa lugar central na vida de muitas pessoas, levando em consideração o fato de que a sociedade contemporânea há algum tempo impõe aos indivíduos a crença de que, para eles terem uma vida profissional bem sucedida, quanto mais diplomas tiverem, mais sucesso terão. Illich (1985) afirma, em seu livro *Sociedade sem Escolas*, que o currículo determina o posto social que um indivíduo irá ocupar, a função que a pessoa irá realizar e a categoria profissional em que a pessoa será inserida no mercado de trabalho, tudo dependendo de quanto tempo de sua vida essa pessoa dedicou à escola.

É corriqueiro, no entanto, apesar do que foi enunciado acima, que muitas pessoas em uma sociedade não sejam devidamente escolarizadas, como se espera para serem bem sucedidas. A instituição escolar não propicia igualdade de escolarização para todos os membros de uma sociedade. Essa desigualdade implica muitas pessoas sem oportunidade para conseguir um certificado que lhes permita serem inseridas na sociedade de forma digna. Aqueles que não tem um diploma são inferiorizados na sociedade (ILLICH, 1985).

Ter um certificado não configura necessariamente ter conhecimento, assim como a falta dele não configura o contrário. Grande parte das pessoas aprendem por conta própria, dentro ou fora da escola. Illich (1985) afirma que a maior parte da aprendizagem ocorre casualmente e não de forma programada, incluindo a aprendizagem intencional. O ensino pode sim levar à aprendizagem, de certa forma, mas a maior parte do que é aprendido ocorre fora da escola.

Boto (2003) reúne, em seu artigo, autores que comentam sobre a estrutura da escola e como ela se encontra como um instrumento para formar hábitos culturais. A escola busca instruir os alunos, transmitindo valores, hábitos e informações. Snyders (1995, apud BOTO, 2003). afirma que o paradoxo da tarefa de ensinar é sua própria superação.

O professor, em seu ofício, precisa instigar os alunos a não precisarem mais dele. A instituição escolar falha nesse aspecto, ela limita a formação do indivíduo e não cumpre seu papel de instigá-lo a ser reflexivo. A escola enfatiza o aprender e acaba deixando de lado o apreender, compreender e questionar. Illich (1985) afirma, em seu livro, que a obrigatoriedade escolar é uma castração intelectual, uma polarização do conhecimento, e que a escola molda as pessoas com diplomas sucessivos e currículos hierarquizados. As informações que a instituição

escolar busca passar para o aluno são limitadas e padronizadas, não abrangem o conhecimento e a aprendizagem como um todo.

Compreender as relações estabelecidas entre escola e aprendizagem nos leva a pensar: em que medida a escola propulsiona o pensamento crítico do indivíduo? Ao padronizar o que se é ensinado na sala de aula e voltar o ensino para a memorização de conhecimentos, a escola não trabalha a habilidade criativa dos alunos. Um pensamento crítico é aquele que questiona e busca compreender além do que é transmitido. É aquele que reflete sobre a informação que é dada, que a ela não se conforma. A escola não incentiva o aluno a criticar e questionar, exige-se uma aquisição do conhecimento da forma que é passada e nada além.

Os seres humanos possuem uma tendência a inovar e criar, com invenções que mudaram o estilo de vida das pessoas ao longo do tempo. As tecnologias são um exemplo dos avanços ocasionados por nós. A escola, ao ajustar os alunos a meras programações do que já existe, reprimem sua capacidade de inovar e vão contra essa tendência. Souza (2017) afirma que é necessário que os indivíduos tenham consciência de que nosso desenvolvimento depende do novo, do contraditório e do inconformismo. Ao privar as pessoas dessa compreensão, elas não saberão que podem ser mais do que já é esperado.

As tecnologias, como já foram citadas, fazem bem o trabalho que a escola espera dos alunos de reter informações, não sendo mais necessário que eles adquiram tais habilidades acumulativas (SOUZA, 2017). Por essa razão, é importante que sejam desenvolvidas novas capacidades de análise das informações disponíveis a todos e, com base nessa reflexão, desenvolver um pensamento crítico que leve o indivíduo a produzir e inovar. As informações que já são existentes devem ser utilizadas apenas como ferramentas para formar suas próprias ideias.

O que a sociedade escolarizada prega, entretanto, vai contra tal conceito de indivíduo capaz de desenvolver seu próprio pensamento e de realizar tarefas por conta própria. Nas palavras de Illich (1985, p. 17), “a confiança no tratamento institucional torna suspeita toda e qualquer realização independente”. Toda produção individual que não se adequa ao que é aprovado pela instituição escolar é criticada e deslegitimada, o que dificulta a inserção na sociedade daqueles indivíduos que fogem dessa padronização do saber. Uma aprendizagem que foge das normas institucionais não é bem vista devido ao valor que se dá aos certificados, que acabam se tornando uma manipulação do mercado para o controle do conhecimento (ILLICH, 1985).

Estigmatizar uma aprendizagem informal limita o desenvolvimento de habilidades criativas e inventivas. Illich (1985) afirma que tais habilidades não podem ser baseadas em

exercícios práticos, como se costuma ver nos dispositivos institucionais, mas devem decorrer de um esforço crítico entre colegas com a mesma motivação, que tenham acesso a informações e ao conhecimento para usá-los de forma criativa. Uma aprendizagem criativa e pesquisadora exige um encontro entre pessoas que questionam e refletem a respeito de uma questão, com a mesma perplexidade e dedicação (ILLICH, 1985).

A estimulação de habilidades criativas e questionadoras é de extrema importância para que ocorram mudanças progressivas na sociedade. Boto (2003) acredita que as mudanças que estão por vir na sociedade estão nas mãos dos jovens, que apresentam atitudes repletas de indagações e desacordos. Os jovens, que ainda não estão completamente inseridos nas cristalizações institucionais e civilizatórias, são tidos como progressistas. Souza (2017) reitera essa posição, afirmando que a rebeldia de se colocar contra as programações estabelecidas pela sociedade institucionalizada constitui a liberdade e a manutenção da espécie humana.

Essa rebeldia dos alunos, no entanto, é desaprovada pela instituição escolar, o que leva a uma reprodução de comportamentos mecanizados. As pessoas se acostumam a serem apenas uma ferramenta de produção em massa, conduzidas pelo controle sistematizado do saber que é administrado pela instituição escolar. Souza (2017) afirma que a escola, com base na manutenção de seus aspectos burocráticos e das atividades escolares, demanda o suficiente de seus alunos para ocupar suas mentes, inibindo a reflexão e a possibilidade do novo. A escola determina os caminhos e procedimentos pelos quais os alunos devem passar, não permite que eles atuem com liberdade para tomar suas próprias iniciativas.

A escola tende a padronizar o conhecimento, inibindo a formação de um pensamento crítico de seus alunos. Ao adotar um currículo obrigatório em disciplinas de manutenção do conhecimento existente, a instituição escolar se abstém de estimular a reflexão e o questionamento dos alunos. Assim, o papel que se atribui à escola para o pensamento crítico dos alunos é não somente nulo como também contraproducente, atrofiando a criatividade e a capacidade de inovação do indivíduo pela falta de estimulação.

REFERÊNCIAS

- BOTO, C. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dez 2003.
- ILLICH, I. **Sociedade sem Escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUZA, J. M. E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.